



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – 2019

Senhores Acionistas: A administração da Companhia de Saneamento do Pará, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório de Administração, com uma visão geral das principais atividades desenvolvidas no exercício de 2019, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os princípios e normas contábeis aceitos no Brasil, adotando as modificações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, que atendem aos padrões internacionais.

1. A EMPRESA: A Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA é uma Sociedade de Economia Mista, criada nos termos da Lei Estadual nº 4.336, de 21 de Dezembro de 1970, órgão integrante da Administração Indireta, onde o acionista majoritário é o Governo do Estado do Pará, cuja missão é atender a população urbana do Estado do Pará com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Atua em **53** (Cinquenta e Três) Municípios e **09** (Nove) Vilas nas vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com **ABRANGÊNCIA** de **62,86%** do total da população urbana do Estado.

O índice de **COBERTURA** dos serviços de Água é de **79,51%** e dos serviços de Esgoto é **12,34%**, em relação a população atendida pela Companhia. O **ATENDIMENTO** com os serviços de Água é de **69,66%** e de **9,72%** com os serviços de Esgotamento Sanitário.

A atual Administração, desenvolveu neste período uma criteriosa avaliação da situação da Empresa que apontou para a necessidade de se resgatar, com urgência, o processo de planejamento estratégico, de controle e de implementação de métodos modernos de gestão empresarial, objetivando elevar o seu desempenho operacional e comercial, bem como, da imperiosa revitalização do Parque Operacional e modernização tecnológica, aspectos esses essenciais para o bom desempenho e equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

No primeiro momento, para contornar problemas mais imperiosos, foram implementadas medidas emergenciais, ao tempo em que se estrutura um planejamento estratégico com ações de curto, médio e longo prazo, de modo a promover um processo qualitativo e eficaz da Empresa.

A Companhia entre suas diretrizes tem o compromisso com a sustentabilidade socioambiental e com o desenvolvimento sustentável. Fortalecendo esses compromissos, desenvolve diversos projetos voltados para a preservação do meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada com os serviços de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, bem como, fomentar a utilização e a preservação do meio ambiente.

2. PROGRAMAS SOCIAIS:

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL "SANEAMENTO E CIDADANIA": O Projeto Saneamento e Cidadania tem como objetivo implementar ações socioeducativas ambientais, utilizando o espaço das instituições e da ETA Bolonha, com ações educativas atendendo a comunidade escolar da rede pública e privada. No ano 2019 obteve-se a participação de 87 instituições e um público de 5.528 pessoas.

PROJETO "COMITÊ AMBIENTAL ESCOLAR": O objetivo é estabelecer uma relação positiva e integrada entre a Empresa e Comunidade Escolar, a fim de despertar e contribuir para o desenvolvimento da consciência dos participantes quanto à preservação do meio ambiente, através do uso racional da água, com ênfase na necessidade de evitar desperdícios assim como da necessidade do condicionamento correto dos resíduos sólidos no intuito de preservação dos mananciais.

EVENTOS EM PARCERIA: Participação na Comissão Institucional de Educação Ambiental do Estado do Pará – CIEA/PA, colegiados estaduais que têm como missão mais ampla propor as diretrizes da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, coordenando e interligando as atividades relacionadas à Educação Ambiental; Cidadania Itinerante do Governo "Por Todo o Pará" nos municípios de Marabá, Santarém e Breves; Participação nas ações do Programa Cidadania em parceria com o Pará Paz nos municípios de Belém, Ananindeua, Oriximiná, Breves, Santarém e Marabá.

AÇÕES COM AS UNIDADES DE NEGÓCIOS: Reuniões com a comunidade, juntamente com a equipe de engenharia da COSANPA, a fim de esclarecer e solucionar problemas e também sensibilizar quanto ao desperdício de água; Realização de visitas domiciliares para aplicação de termo de Adesão de Ramal Predial/Hidromedtação do SAA e SES, solicitado pela DET/DM, com o objetivo de obter a adesão ao sistema a ser implantado, assim como informar e conscientizar a população beneficiada com os empreendimentos, quanto à importância da utilização da água e do tratamento do esgoto.

No ano de 2019 a equipe realizou esses trabalhos nos municípios: Oriximiná Casas Visitadas 8.164 - Adesão 3.956; Ananindeua: Casas Visitadas 2.645 - Adesão 956; Alter do Chão: Casas Visitadas 121 - Adesão 15; Marabá: Casas Visitadas 1.992 - Adesão 574; Castanhal: Casas Visitadas 4.402 - Adesão 452; Moju: Casas Visitadas 457 - Adesão 196; Monte Alegre: Casas Visitadas 405 - Adesão 262.

PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – PTTS: Foram executadas de acordo com o cronograma do PTTS diversas atividades, com o objetivo de despertar na população beneficiária com os obras do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, a importância da valorização dos recursos hídricos e da correta utilização dos serviços implantados, utilizando como estratégia o desenvolvimento de ações socioeducativas e ambientais, como Mutirão Ecológico e implantação de Comitê Ambiental nas Escolas, Cursos e Oficinas voltados para geração de emprego e renda, visando a organização e a participação comunitária, e o envolvimento de todos como parceiros comprometidos com a sustentabilidade do Projeto: Marabá, 127 ações com a participação de um público de 9.623 pessoas; Monte Alegre, 26 ações com a participação de um público de 2.229 pessoas; Breves, 28 ações com a participação de um público de 1.331 pessoas; Santarém – Alter do Chão, 190 ações com a participação de um público de 6.183 pessoas; Marituba, 146 ações com a participação de um público de 6.878 pessoas; Ananindeua – Águas Lindas, 125 ações com a participação de um público de 6.276 pessoas; Oriximiná, 192 ações com a participação de um público de 12.190 pessoas; Moju, 151 ações com a participação de um público de 4.433 pessoas; Belém – Complexo Bolonha, 194 ações com a participação de um público de 12.888 pessoas; Castanhal, 89 ações com a participação de um público de 6.834 pessoas; Foram realizadas um total de 1.305 atividades, com a participação de um público de 68.765.

3. REGULAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS: A COSANPA através da Assessoria de Regulação e Novos Negócios têm como objetivo manter o relacionamento com os municípios operados pela COSANPA, a regularização das concessões e a regulação visando à melhoria na qualidade da prestação dos serviços.

A Companhia anualmente realiza estudos da defasagem do valor da tarifa praticada pela COSANPA, e em abril/2019 apresentou ao Conselho Superior de Administração da Agência Reguladora de Água e Esgoto de Belém - AMAE, o Relatório que apontou uma defasagem tarifária na ordem de 91,6%. Após a apreciação pelo Conselho, foi aprovado em 14 de Novembro de 2019, o índice de 18% para o reajuste da tarifa dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o município de Belém. A nova tarifa entrou em vigor em 14/12/2019.

Após a publicação a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração da COSANPA aprovaram o reajuste às demais localidades atendidas, exceto Santarém, que já foram iniciadas as tratativas junto a ARCON e a Prefeitura Municipal de Santarém para revisão/reajuste tarifário, o qual foi protocolado no estudo nas duas instituições, uma vez que em Santarém não houve reajuste desde janeiro/2016.

A elaboração dos Planos de Saneamento Básico nas vertentes de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tem o acompanhamento e participação efetiva da COSANPA, entretanto, a responsabilidade legal é da Prefeitura Municipal, titular do serviço.

Dentre os municípios que a COSANPA atua, já possuem **Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSS:** Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marabá, Marituba, Monte Alegre e Santarém.

Está sendo acompanhada a revisão dos PMSS dos municípios: Marituba, Ananindeua, Marabá e Castanhal, bem como, a elaboração dos PMSS dos municípios: Salinópolis, Bragança e Abaetetuba. Recentemente foi finalizado o Plano de Água e Esgoto do município de Moju e iniciada a elaboração do PMSS do município de Itaituba.

Como meta estratégica do Governo do Estado, a COSANPA está buscando a universalização dos seus serviços, assim, iniciou articulações para assunção de Novos Negócios. Conforme proposta no PPA 2020-2023, buscaremos a assunção de 29 (vinte e nove) municípios, o que ampliará os serviços da Companhia de 53 (cinquenta e três) municípios, para 82 (oitenta e dois) municípios, tendo os municípios de Senador José Porfírio e Bagre iniciado o processo de Concessão.

A Companhia está em processo de regularização das concessões, segundo a lei Nacional das Diretrizes do Saneamento Básico, Lei nº 11.445/2007, tendo já celebrado **Contratos de Programa** com os municípios de Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marituba, Monte Alegre e Santarém.

Já foram celebrados **Convênios de Cooperação Federativa** com 34 (trinta e quatro) municípios, o qual citamos a seguir: Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Cachoeira do Arari, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Faro, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Moju, Nova Timboteua, Óbidos, Ourém, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das barreiras, Santa Maria do Pará, Soure, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viseu.

Atualmente está em processo de regularização com os municípios de Augusto Corrêa, Afuá, Capitão Poço, Jacundá, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Francisco do Pará, Tailândia, Limoeiro do Ajuru e São Caetano de Odivelas, que se encontram com a concessão vencida. A concessão com o município de Inhangaçu foi firmada antes da Lei do Saneamento e da Constituição Federal de 1988, porém, encontra-se vigente.

4. JURIDICO: O ano de 2019 trouxe diversos desafios para a COSANPA, dentre eles os efeitos da implementação do Regimento Interno de Licitações e Contrato – RILC, assim como, as mudanças trazidas pela Lei nº 13.303, 30 de junho de 2016, conhecida como "Lei das Estatais", a qual exigiu, em seu bojo, uma série de mudanças às empresas públicas, Sociedade de Economia Mista e suas subsidiárias.

Foi implementado parecer referencial, reduzindo demanda quantitativa, agilizando o tramite processual, e efetivado maior diálogo com o Ministério Público

estudal, no intuito de amenizar interposição de ação civil pública.

Na área trabalhista, foram firmados diversos acordos na fase de execução que impediram bloqueios judiciais em contas correntes da COSANPA. Além disso, com o final do Contrato de prestação de serviços de Escritório Advocatório, passou à Companhia a condução de todos os processos e demandas trabalhistas.

Atualmente há 245 (Duzentos e quarenta e cinco) processos trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, sendo que, desde Julho de 2019, quando a Empresa se tornou responsável pela condução dos processos, foram ajuizadas 28 (vinte e oito) novas ações, e destas, já houve o julgamento de 16 (dezesesseis), sendo que 14 (Quatorze) foram julgadas totalmente improcedentes.

Além disso, está havendo um diálogo constante com a Área de Recursos Humanos, no sentido de serem corrigidas as eventuais anomalias da COSANPA demonstradas nas ações em trâmite a fim de evitar novas condenações na Justiça do Trabalho.

Ademais, transitou em julgado no dia 21/11/2019, Ação de Execução Fiscal nº 00154-07.2010.8.14.0301, onde foi declarada imunidade recíproca da COSANPA além de condenar a Fazenda Pública ao pagamento de honorários na ordem de 1% sobre o valor do débito.

5. EXPANSÃO E TECNOLOGIA: OBRAS INAUGURADAS / CONCLUÍDAS: Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, em Marabá – Fonte de Recursos: PAC 1 (FGTS/GEP: R\$ 117,45 milhões, sendo R\$ 76,86 milhões de financiamento FGTS e R\$ 40,59 milhões do Governo do Estado); Melhorias do Sistema de Abastecimento de Água de Viseu – População a ser beneficiada: 5.151 habitantes – Fonte recursos: (GEP: R\$ 0,43 milhões); Conclusão dos serviços de perfuração de 04 poços tubulares nos Setores, CDP, PAAR, Pratinha, Água Boa; Fonte de recursos: (GEP – R\$ 1,57 milhões); Melhorias do Sistema Existente de Abastecimento de Água do Bairro Algodual e Moju – Fonte de Recursos: GEP 191, 73 mil reais). **PROJETOS CONCLUÍDOS:** Elaboração dos projetos de ampliação e melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água do 3º Setor e 10º Setor na Cidade de Belém – Fonte de Recursos: GEP – R\$ 1,43 milhão). **OBRAS EM ANDAMENTO:** Ampliação e melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário no município de Belém Setor Bengui; Revitalização e modernização da 1ª etapa da Estação de Tratamento de Água do Complexo Bolonha; Ampliação e melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água nos municípios de Moju, Alenquer, Oriximiná, Monte Alegre, Castanhal, Santarém (sede), Distrito de Alter do Chão (Santarém), Marituba (Setor Beija Flor) e Ananindeua (Setor Aguas Lindas); Melhorias do Sistema de Abastecimento de Aguas do Conjunto Benedito Monteiro; Redução de Perdas com fornecimento e instalação de 13.430 hidrômetros e caixa de proteção na Região Metropolitana de Belém; Execução de perfuração de Poços Tubulares no setor São Roque e Distrito de Mosqueiro; Retomada das obras de Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água de Breves e das obras de Ampliação e Melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário da área Central de Belém (ETE UNA); Fontes de recursos totais de R\$ 734 milhões, sendo, R\$ 319 milhões de financiamento do FGTS, R\$ 293 milhões do Governo Estadual e R\$ 122 milhões da União. **PROJETOS EM ANDAMENTO:** Os projetos de ampliação e melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água no Ananindeua (Centro de Reservação Ananindeua Centro e Adjacências, Setor Aguas Lindas e Uirapuru); Ampliação e melhorias do Sistema de Esgotamento Sanitário da 2ª Etapa da ETE UNA, e ETES's Sideral e Coqueiro em Belém permanecem em andamento, tendo como fontes de recursos totais R\$ 18,29 milhões, sendo, R\$ 17,75 milhões advindos da União e R\$ 53,94 mil do Governo do Estado. **OBRAS EM PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PARA INICIAR EM 2020:** Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Marabá (Bacias F e G2, fonte de recursos totais R\$ 61,28 milhões, sendo, R\$ 56,12 milhões da União e R\$ 5,16 milhões do Governo do Estado. **OBRAS E PROJETOS QUE FORAM CONTEMPLADOS NO PROGRAMA SELESAN DO AVANÇAR CIDADES (MDR):** Dos 18 empreendimentos cadastrados no Programa SELESAN do Avançar Cidades, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, 05 foram selecionados e aprovados, estando em fase de assinatura de Contratos (CAIXA e Governo do Estado) para possibilitar a licitação dos mesmos. Os empreendimentos selecionados são: Ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água do 3º e 10º Setores (Belém), Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alter do Chão (Santarém) e Elaboração de Projetos Básico dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Distrito de Mosqueiro (Belém), o que representa um investimento total de R\$ 96,68 milhões, sendo R\$ 77,79 milhões de financiamento FGTS e R\$ 18,89 milhões do Governo do Estado, que irão beneficiar 182.628 habitantes. **PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:** Durante o Ano de 2019, foi recebido para análise e aprovação pela COSANPA, 01 (um) conjunto residencial, na Região Metropolitana de Belém, através do Programa Minha Casa Minha Vida, com infraestrutura completa de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, que irá beneficiar cerca de 3.840 habitantes. **PROJETO DE REDUÇÃO E CONTROLE DE PERDAS:** A COSANPA através de um diagnóstico dos Sistemas de Abastecimento de Água de Belém, apontou um déficit quanto a eficiência dos sistemas em operação na Unidade de Negócios Sul - UN-SUL e Unidade de Negócios Norte - UN-NORTE na Região Metropolitana de Belém - RMB. Por meio deste diagnóstico, observou-se que as referidas Unidades reúnem os números mais expressivos de todos os SAA's da RMB, responsáveis por cerca de 62% da extensão de redes, bem como, por cerca de 59% das ligações totais de água.

O Projeto de Recuperação e Controle de Perdas objetiva a "Melhoria da Eficiência e Aumento da Capacidade de Abastecimento de Água da RMB, que beneficiará os bairros: Barreiro, Batista Campos, Campinas, Canudos, Castanheira, Cidade Velha, Comércio, Condor, Cremação, Fátima, Jurunas, Mangueirão, Maracangalha, Marambaia, Marco, Miramar, Nazaré, Pedreira, Reduto, Sacramento, São Brás, Telégrafo, Terra Firme, Umarizal, Universitário, Val-de-Cans.

Esse projeto beneficiará diretamente cerca 880 mil habitantes da RMB (26 bairros) para o ano de 2019 e 1 milhão para o final do plano em 2038, isto se dará, através da redução e controle de perdas reais (vazamentos visíveis e ocultos) e perdas aparentes (irregularidades e submedições).

Os objetivos do Projeto serão viabilizados a partir da execução dos serviços e obras conforme a seguir:

- Elaboração de Modelo Hidráulico e Projetos Executivos	1.300	km de rede
- Atualização de Dados Cadastrais de Clientes	200.000	Ligações prediais
- Substituição de Redes Cimento amianto	96,30	km
- Implantação de Redes Novas	54,40	km
- Instalação de Ramais e Hidrômetros	150.000	Unidades
- Localização e Reparo de Perdas (vazamentos)	20.000	Unidades
- Implantação de Sistema de Controle e Operação (Macromedidores, Válvulas Redutoras, etc.)	107	Pontos de medição e controle

Em 2019 foi dada continuidade a elaboração e alterações do projeto executivo de redução e controle de perdas para os setores de abastecimento que ainda não estão como aprovados pela fiscalização.

Até o encerramento do exercício, foram recadastrados 99.501 imóveis no sistema GSAN, bem como, foram executados 76 instalações de equipamentos e 58 desinstalações para o levantamento do perfil de consumo dos clientes.

As atividades de obras físicas seguem em andamento nas áreas do 5º e 6º Setores de Abastecimento perfazendo um total acumulado até dezembro/2019 de 11.273,00 metros de rede assentada por método não destrutivo.

6. OPERAÇÃO: SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: A COSANPA atua no eixo do Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento de Esgoto. No serviço de Abastecimento de água atendemos 53 (Cinquenta e Três) Municípios e 09 (Nove) Vilas totalizando uma **população de 2.178.170 Habitantes** com **447.591 ligações ativas de água**. No ano de 2019, para o suprimento de água à população dos 53 municípios e 09 (Nove) Vilas, no Estado do Pará, a COSANPA operou e manteve 828 Unidades Operacionais

Os serviços de água tratada tem seu atendimento regulado pela Portaria de Consolidação nº 05 de 29.09.2019 do Ministério da Saúde. Foram realizadas 8.979 análises físico-químicas e bacteriológicas correspondente a 34.940 parâmetros básicos (PH, cor, turbidez, cloro residual e coliformes) no processo de monitoramento da qualidade de água disponibilizada para consumo.

Destacaram-se nesse exercício melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água, tais como: Assentamento e substituição de 5.660 metros de rede de distribuição executados na Região metropolitana de Belém – RMB; Construção de 01 (um) poço profundo no bairro Elcione Barbalho em Santarém; Aquisição de 26 (vinte e seis) conjuntos motor bomba submersos para poços profundos e 23 (vinte e três) bombas de eixo horizontal totalizando um investimento com recursos próprios de R\$ 1.179.500,45 (Um milhão, cento e setenta e nove mil, quinhentos reais e quarenta e cinco centavos); Reparos em adutoras e redes de distribuição de água para suprimir um total de 9.180 vazamentos da Capital e do Interior, correspondente a 98,65% das Ordens de Serviços registradas, sendo 5.232 na Capital e 3.948 no Interior; Recuperação de 512 equipamentos eletromecânicos; Manutenção e revitalização do Complexo Bolonha através da realização de vários serviços, em 06 (seis) etapas dos quais destacamos como mais relevantes os seguintes: lavagem e desinfecção de 08 (oito) filtros, fixação das lonas de 06 (seis) decantadores; recuperação mecânica de 03 (três) removedores de lodo de 01 (um) decantador; recuperação do sistema de automação de 03 (três) removedores de lodo de 01 (um) decantador, com um custo total das 06 (seis) etapas no valor de R\$349.977,23 (trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos); Melhoria do Sistema de abastecimento de água São Roque, no Distrito de Icoaracy, que atende uma população estimada de 22.055 habitantes através de ações de: lavagem e desinfecção do reservatório elevado, lavagem, higienização e manutenção dos Poços nº 01 e 02 e o início da execução do Poço nº 03; Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água Água Boa no Distrito de Outeiro que atende uma população estimada de 22.530 habitantes através das ações de: limpeza, higienização e manutenção do Poço nº 01, execução do poço tubular profundo nº 02, DN 14"x8" e 252 metros de profundidade, limpeza e desinfecção do reservatório elevado e limpeza da rede de distribuição; Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água da cidade de Breves nas edificações da Casa de Química, Sub-Estação Elétrica, Reservatórios Apoiado e Elevado, Aerador, Filtros e áreas dos Poços nº 05 e 06 através de pinturas internas e externas, substituição de esquadrias, recuperação de piso, reforma de instalações elétricas e hidráulicas, limpeza dos aeradores e filtros.

SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: No serviço de coleta e tratamento de esgoto sanitário foram atendidos 05 (Cinco) Municípios totalizando uma população de **281.757 Habitantes** com **51.084 ligações ativas**, operando com 27 Estações de Tratamento e Elevatórias de Esgoto – ETE's e ETEE's.

Foram realizadas ações de reabilitação no Sistema de Esgotamento Sanitário, visando o melhor desempenho operacional, destacando-se a desobstrução de 25.922 metros de rede coletora e 2.117 metros de ramais prediais, bem como, a recuperação de 152 metros de ramais prediais e 2.036 de redes coletoras.

7. MERCADO: A Companhia em conformidade com a Resolução nº 005/2018 – CSA/AMAE encaminhou a AMAE o estudo de revisão para o reajuste das tarifas de água e esgoto. Em 14.11.2019, o reajuste tarifário foi aprovado pelo Conselho Superior da AMAE, com percentual de 18% a vigorar a partir do mês de dezembro/2019.

Com base no orçamento definido para o ano de 2019, combinadas com a recuperação de tarifas, foi dada continuidade à estratégia da Companhia para o incremento do faturamento e da arrecadação, mantendo e monitorando as ações e os resultados nas Unidades de Negócios da capital e do interior. Desta forma, foram otimizados os recursos disponibilizados para a concretização das ações, com priorização das que resultassem em recuperação de crédito e diminuição do índice de inadimplência. Nesse contexto, foram obtidos resultados expressivos de arrecadação que alcançaram recordes em julho, outubro e dezembro, cujos resultados foram R\$ 22.838.459,10, R\$ 22.289.207,36 e R\$ 24.929.088,83, respectivamente.

ASSUNÇÃO DE NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL MINHA CASA MINHA VIDA

Segundo o mesmo foco, foram intensificadas as ações de Assunção de Sistemas de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário dos Condomínios Residenciais do Programa “Minha Casa Minha Vida”, nas Localidades atendidas pela COSANPA, quais sejam:

- Belém/Icoaraci – Residencial Portal do Tenoné; Belém/Icoaraci – Residencial Quinta dos Paricás; Marituba/Parque dos Eucaliptos.

Nessa estratégia foram inseridos 3.384 imóveis, sendo beneficiados com abastecimento de água e coleta de esgoto aproximadamente 15.228 habitantes, com faturamento mensal em torno de R\$ 180.637,92.

A Companhia realizou no Município de Santarém, Residencial Salvação, uma ação de negociação de débitos para beneficiários do Programa do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”, atendendo 455 moradores e celebrando 354 acordos. Citada ação já alcançou uma redução no índice de inadimplência na ordem de 55% no referido Residencial.

OUTRAS REALIZAÇÕES: I SEMANA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Foi realizada no período de 09 a 12/09/2019, a “I SEMANA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE CONSUMO DE ÁGUA E DE COLETA DE ESGOTO” com o objetivo de viabilizar a solução de conflitos não judicializados dos consumos dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto, mediados pelos órgãos de defesa do consumidor. Nesse evento, foram fechados 136 acordos, além disso, cerca de 60 audiências, que estavam agendadas nos órgãos de defesa do consumidor para serem realizadas até o início de 2020, foram antecipadas e realizadas durante o evento. Como resultado foram recuperados créditos na ordem de R\$ 190.332,84 e promovidas uma economia estimada em R\$ 650.000,00 com custas judiciais.

CAMPANHA CONTA AZUL: Foi realizada em Dezembro/2019, a “**CAMPANHA CONTA AZUL**”, cuja proposta, apresentou estratégias de negociação e recuperação dos débitos de clientes inadimplentes, propondo desconto total dos encargos por atraso e escalonado de acordo com a idade do débito. A Companhia recuperou crédito no valor total de R\$ 4.398.579,48, destes foram arrecadados à vista R\$ 1.373.020,08, contribuindo para uma arrecadação no mês de dezembro de R\$ 24.929.088,83.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CURTO PRAZO: A Diretoria, com a finalidade de implementar o PLANEJAMENTO ESTRATEGICO DE CURTO PRAZO - PECP, e no intuito de atingir metas para melhorar o faturamento/arrecadação da Companhia, determinou um acréscimo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) por mês, no valor mensal da arrecadação, que corresponderá ao aumento de, no mínimo, R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ao final do prazo estabelecido 6 (seis) meses.

Para que sejam alcançados os resultados propostos no PECP, estão sendo trabalhadas 03 ações dentro das Unidades de Negócio da Empresa – Ação 01 – Recuperação de Débitos até 01 ano; Ação 02 – Instalação/Substituição de Hidrômetros; Ação 03 – Regularização das Ligações Inativas/Factíveis/Clandestinas.

8. GESTÃO DE PESSOAS E LOGÍSTICA: A Companhia por meio da Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística, diversificou nesse exercício sua atuação com ações de manutenção e revitalização do seu patrimônio físico, buscando melhorar a imagem da Empresa, assim como, dar melhores condições de trabalho ao seu corpo funcional, conforme a seguir: Revitalização da Estação de Tratamento de Água do 5º Setor (Tv. Perebebuí); Revitalização da Sede da Companhia - São Brás; Nova área de estacionamento da Sede da Companhia, com 28 vagas; Revitalização e limpeza da Estação de Tratamento de Água do Bolonha; Reforma da Envasadora “Águas do Bolonha”; Construção de banheiros e abrigos dos operadores na Unidade de Negócios do Nordeste (Vila Fátima / Nova Timboteua / Marapanim); Reforma do escritório e bombeamento do Município de Magalhães Barata; Reconstrução do muro da Unidade de Negócios-BR; Revitalização do Setor de Tratamento de Água da Pratinha - Arthur Bernardes; Revitalização do Setor de Bombeamento do Conjunto Verdejante; Reforma da Loja de atendimento ao público do Município de Ponta de Pedras.

Através do Projeto ACURÉ, firmado entre COSANPA/SUSIPE, com participação de 23 reeducandos do sistema penitenciário, foram realizados serviços de manutenção e limpeza das áreas externas dos diversos setores da Companhia.

Na área de Tecnologia da Informação as ações foram planejadas e realizadas com objetivo de buscar a melhoria continua dos métodos e dos processos internos e externos, com a aquisição de novos equipamentos e ferramentas modernas, buscando maior agilidade no Desenvolvimento Institucional.

A Companhia vem desenvolvendo ações de capacitação de seus colaboradores, visando elevar seus níveis de eficiência e eficácia no desenvolvimento de suas atividades. Foram desenvolvidos e implantados 32 projetos de capacitação, perfazendo uma carga horária de 483 horas, que envolveram 240 colaboradores, com um investimento de R\$ 45.005,86 (quarenta e cinco mil e cinco reais e oitenta e seis centavos).

A Empresa prorrogou por mais 02 anos, o Concurso Público realizado no ano de 2017, passando a vigor até o mês de setembro de 2021. Ressalte-se que todas as 140 vagas ofertadas foram devidamente providas, e foram chamados mais 62 candidatos do cadastro reserva, perfazendo um total de 202 (duzentos e duas) admissões no período, mantendo-se, ainda, 3.737 (três mil e setecentos e trinta e sete) candidatos no cadastro de reserva.

Foram realizados diversos Programas de cunho social, religioso, esportivo, bem como, Campanhas Preventivas, dentre as quais destacamos: Prevenção à AIDS em parceria com SESP/SESMA; Campanha “Setembro AMARELO”; Campanha “Outubro ROSA”; Campanha “Novembro AZUL”; Dia Internacional da Mulher; Festividades do Círio de Nazaré: Visita da Imagem Peregrina com a participação de 240 empregados (Homenagem à Nossa Senhora de Nazaré no traslado Belém /Ananindeua - realizada em frente a Caixa D’ Água com aproximadamente 200 empregados; Procissão do Círio de Nazaré – distribuição de 30 mil copos de água); Campanhas de vacinação SESI Contra a Gripe Sazonal - Atendidos de 516 colaboradores; Participação da COSANPA na copa do SESI de futebol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:A Receita Operacional Líquida de 2019 (R\$ 332.720.459,21) apresentou um aumento de 5,3328 % em relação a 2018 (R\$ 315.875.567,00), motivado pelo reajuste da tarifa de água e esgoto no percentual de 18 % a partir de dezembro/2019, com um pequeno reflexo em 12/2019 e integralmente a partir de janeiro de 2020 e por conta do crescimento vegetativo do numero de economias ativas de água e esgoto no exercício de 2019. O Custo dos Serviços em 2019 (R\$ 294.837.277,78) apresentou um aumento de 3,0283 % em relação a 2018 (R\$ 286.171.158,49). Mesmo com o aumento dos custos dos serviços o exercício de 2019 encerrou com um lucro bruto operacional na ordem R\$ 37,8 milhões, superior ao do exercício de 2018 que foi na ordem de R\$ 29,7 milhões.

O aumento verificado no custo decorreu em razão do aumento da tarifa de energia elétrica 0,69% durante o exercício de 2019 e aumento de outros insumos aplicados na operação da empresa como: mão de obra e produtos químicos.

O exercício de 2019 encerrou com um prejuízo antes da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social de R\$ 248,4 milhões, superior ao prejuízo do exercício de 2018 que foi de R\$ 244,4 milhões. O prejuízo de 2019 foi afetado principalmente em decorrência dos encargos financeiros sobre tributos.

O Governo do Estado aportou no exercício de 2019, R\$ 223,3 milhões e no exercício de 2018, R\$ 150,1 milhões, a título de aumento de capital.

OBRIGAÇÕES A PAGAR:

COMPROMISSOS A PAGAR	2019(R\$ MILHÕES)	2018(R\$ MILHÕES)
Fornecedores	64,6	71,2
Tributos	800,9	616,1
Tributos Negociados Curto Prazo	41,3	33,1
Tributos Negociados Longo Prazo	277,7	331,9
Contingências Cível/Trabalhista	50,8	63,7
Provisões Trabalhistas	31,1	30,4
Financiamento em Moeda Estrangeira	80,0	76,9
Tributos Diferidos	78,9	81,9
Outras Contas a Pagar	7,6	7,7
Total	1.432,9	1.312,9

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

INDICADORES	2019	2018
EBITDA (R\$ milhões)	(126,7)	(145,4)
Liquidez Corrente	0,16	0,19
Liquidez Geral	0,17	0,19
Endividamento Geral (%)	80	78

ATIVO		2019	2018
CIRCULANTE	Notas Explicativas	168.075.403,73	146.147.878,95
Caixa e Equivalente de Caixa		21.554.806,01	4.321.915,01
Depósitos Bancários Livres		6.925.149,27	2.354.649,41
Depósitos Bancários Vinculados		14.629.656,74	1.967.265,60
Contas a Receber de Clientes	4	136.846.581,83	132.947.449,04
Outras Contas a Receber		4.385.721,39	3.911.539,59
Adiantamento a Funcionários		2.286.882,37	1.946.686,24
Despesas do Exercício Seguinte		545.878,06	528.460,29
Impostos e Contribuições a recuperar		1.181.511,01	444.368,89
Almoxarifado		1.274.023,06	2.047.459,89
NÃO CIRCULANTE		1.622.204.073,98	1.546.243.819,91
Realizável a Longo Prazo		95.945.436,83	99.210.615,96
Impostos/Contribuições s/ Prej. Fiscal a Recuperar	5	78.883.658,80	81.902.675,16
Depósitos Judiciais	10	4.770.703,90	8.771.304,74
Contas a Receber de Clientes	4	12.291.074,13	8.536.636,06
Intangível Líquido	6a	712.753.427,44	750.175.702,06
Imobilizado Técnico Líquido	6b	4.721.822,13	5.225.701,63
Obras em Andamento	6b	808.783.387,58	691.631.800,26
TOTAL DO ATIVO		1.790.279.477,71	1.692.391.698,86
PASSIVO		2019	2018
CIRCULANTE	Notas Explicativas	946.196.504,71	759.117.653,83
Fornecedores		64.643.966,22	71.212.439,50
Financiamentos	7	676.000,00	604.000,00
Impostos e Contribuições	8	842.229.285,62	649.196.082,34
Contingência a Pagar	9	15.452.864,65	14.791.553,11
Outras Contas a Pagar		7.585.455,10	7.750.360,07
Provisões Trabalhistas	11	15.608.933,12	15.563.218,81
NÃO CIRCULANTE		486.717.341,71	553.785.804,96
Financiamentos	7	79.367.724,47	76.297.928,09
Impostos e Contribuições	8	277.715.257,43	331.934.827,82
Provisões para Contingências	10	50.750.701,01	63.650.373,89
Tributo Diferido		78.883.658,80	81.902.675,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		357.365.631,29	379.488.240,07
Capital Social	12a	2.300.000.000,00	2.300.000.000,00
Créditos para Aumento de Capital	12b	881.998.604,90	658.654.983,83
Reserva de Reavaliação	12c	153.127.102,63	158.987.546,12
Prejuízos Acumulados		(2.977.760.076,24)	(2.738.154.289,88)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.790.279.477,71	1.692.391.698,86
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
JOSÉ ANTONIO DE ANGELIS Presidente GILBERTO DA SILVA DRAGO Diretoria de Operações JOÃO SIMÕES DE CARVALHO NETO Contador - CRC-PA-011257/O-1		MAURICIO OTÁVIO DE ALMEIDA Diretoria de Mercado FERNANDA REGINA DE PINHO PAES Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística JOSÉ ANTONIO LIMA DE SOUZA Diretoria Financeira NAGIB CHARONE FILHO Diretoria de Operações	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)			
	Notas Explicativas	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	332.720.459,21	315.875.567,00
Custo dos Serviços	14	(294.837.277,78)	(286.171.158,49)
LUCRO BRUTO		37.883.181,43	29.704.408,51
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Comerciais		(143.518.173,51)	(125.756.112,94)
Pessoal		(4.834.896,97)	(4.289.562,67)
Serviços de Terceiros		(25.492.212,89)	(16.648.578,03)
Depreciação, Provisões e Amortização		(108.243.313,05)	(104.616.164,22)
Outras		(4.947.750,59)	(201.808,02)
Despesas Gerais e Administrativas		(67.869.546,40)	(86.948.811,18)
Pessoal		(49.904.571,20)	(43.382.073,49)
Serviços de Terceiros		(9.078.168,02)	(12.744.186,95)
Depreciação, Provisões e Amortização		(6.121.300,91)	(29.425.225,03)
Tributárias		(40.551,40)	(72.490,34)
Outras		(2.724.954,87)	(1.324.835,37)
Despesas/Receitas Financeiras		(82.663.845,13)	(58.301.895,61)
Juros e Encargos Financeiros		(88.864.630,16)	(55.781.480,10)
Variações Monetárias e Cambiais		(3.069.796,38)	(11.160.747,82)
Receitas Financeiras		9.270.581,41	8.640.332,31
Outras Despesas/Receitas Operacionais		7.683.137,40	(3.112.341,99)
Ressarcimento e indenizações		10.405.767,43	337.524,40
Outras Receitas		329.825,28	325.377,58
Outras Despesas		(3.052.455,31)	(3.775.243,97)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(248.485.246,21)	(244.414.753,21)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(248.485.246,21)	(244.414.753,21)
Prejuízo por lote de 1.000 ações		(108,04)	(106,27)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)					
	2019			2018	
Prejuízo do exercício	(248.485.246,21)			(244.414.753,21)	
Outros Resultados Abrangentes	-			-	
Resultado Abrangente Total do Exercício	(248.485.246,21)			(244.414.753,21)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro: (Valores em Reais)					
	Capital Social	Crédito para Aumento de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2017	2.300.000.000,00	508.537.683,77	164.941.376,78	(2.213.038.718,40)	760.440.342,15
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(5.953.830,66)	5.953.830,66	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	3.067.124,90	3.067.124,90
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	(289.721.773,83)	(289.721.773,83)
Crédito para Aumento de Capital	-	150.117.300,06	-	-	150.117.300,06
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(244.414.753,21)	(244.414.753,21)
Saldo em 31/12/2018	2.300.000.000,00	658.654.983,83	158.987.546,12	(2.738.154.289,88)	379.488.240,07
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(5.860.443,49)	5.860.443,49	-
Reversão da Provisão de Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	3.019.016,36	3.019.016,36
Crédito para Aumento de Capital	-	223.343.621,07	-	-	223.343.621,07
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(248.485.246,21)	(248.485.246,21)
Saldo em 31/12/2019	2.300.000.000,00	881.998.604,90	153.127.102,63	(2.977.760.076,24)	357.365.631,29
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – METODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de Dezembro: (Valores em Reais)					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			2019	2018	
Prejuízo Líquido do Exercício			(248.485.246,21)	(244.414.753,21)	
Reversão de provisão Contingência Trabalhista			(18.768.463,80)	(16.788.678,97)	
Provisão/Reversão de IR e CSLL Diferido s/ Prejuízo Fiscal			3.019.016,36	3.067.124,90	
Provisão para Contingências Cíveis			5.802.962,05	22.015.180,35	
Depreciação			39.153.322,56	40.736.947,67	
Custos das Baixas do Ativo Permanente			8.180,58	9.696,72	
Variações Monetárias e cambiais s/ Financiamentos			(51.149.774,01)	63.121.751,93	
<u>Variações nas Contas do Ativo</u>			<u>(4.448.471,01)</u>	<u>(10.013.819,88)</u>	
Contas a Receber de Clientes			(7.653.570,86)	(20.054.938,42)	
Impostos e Contribuições a Recuperar			(737.142,12)	2.262.950,19	
Estoques			773.436,63	(1.172.484,01)	
Outras Contas a Receber			(831.795,50)	495.075,80	
Deposito Judicial			4.000.600,84	8.455.576,56	
<u>Variações nas Contas do Passivo</u>			<u>187.078.850,88</u>	<u>341.559.078,82</u>	
Financiamento Externo			72.000,00	138.359,54	
Fornecedores			(6.568.473,28)	493.868,24	
Impostos e Contribuições a Recolher			193.033.203,28	328.790.293,20	
Contingências Judiciais e Fiscais			661.311,54	4.951.242,66	
Provisões Trabalhistas			45.714,31	6.028.668,01	
Outras Contas a Pagar			(164.904,97)	1.156.647,17	
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo			-	-	
Disponibilidades Líquidas Geradas – Atividades Operacionais			(87.789.622,60)	199.292.528,33	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
<u>Aplicação no Ativo Permanente</u>			<u>(118.321.107,47)</u>	<u>(57.559.850,21)</u>	
Sistema de Abastecimento de Água			(113.392.113,18)	(37.654.388,12)	
Sistema de Esgotamento Sanitário			(4.233.901,46)	(19.704.989,53)	
Bens de Uso Geral			(695.092,83)	(200.472,56)	
Disponibilidades Geradas – Atividades de Investimento			(118.321.107,47)	(57.559.850,21)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
<u>Financiamentos</u>			<u>223.343.621,07</u>	<u>(139.604.473,77)</u>	
Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital			223.343.621,07	150.117.300,06	
Ajustes Exercícios Anteriores			-	(289.721.773,83)	
Disponibilidades Geradas – Atividades de Financiamentos			223.343.621,07	(139.604.473,77)	
<u>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</u>			<u>17.232.891,00</u>	<u>2.128.204,35</u>	
No Início do Exercício			4.321.915,01	2.193.710,66	
No Final do Exercício			21.554.806,01	4.321.915,01	
AUMENTO/REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES			17.232.891,00	2.128.204,35	

DESCRIÇÃO	2019	2018
1 – RECEITA	266.282.311,86	240.201.575,36
1.1) Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	366.551.281,18	347.793.520,46
1.2) Provisão para Perda de Crédito e Liquidação Duvidosa	(107.952.106,66)	(104.479.603,11)
1.3) Insumos Despesas	7.683.137,40	(3.112.341,99)
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICM e IPI)	181.571.901,11	187.828.187,54
2.1) Matéria-prima Consumida	1.177.918,39	1.487.329,47
2.2) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	664.663,73	800.921,83
2.3) Materiais, Energia, Serviço de Terceiros e Outros	96.796.064,57	93.462.377,76
2.4) Serviços de Terceiros e Despesas Gerais	82.933.254,42	92.077.558,48
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	84.710.410,75	52.373.387,82
4 – RETENÇÕES	39.298.047,08	40.736.947,67
4.1) Depreciação, Amortização e Exaustão	39.298.047,08	40.736.947,67
5 – VALOR ADICIONADO LÍQ. PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	45.412.363,67	11.636.440,15
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	9.270.581,41	8.640.332,31
6.1) Receitas Financeiras	9.270.581,41	8.640.332,31
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	54.682.945,08	20.276.772,46
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	54.682.945,08	20.276.772,46
8.1) Pessoal e Encargos	<u>177.362.391,44</u>	<u>165.758.853,95</u>
- Direta	104.936.185,88	97.772.367,64
- Encargos	36.985.153,13	34.718.371,67
- Benefícios	35.441.052,43	33.268.114,64
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	<u>33.871.373,31</u>	<u>31.990.443,80</u>
- Federal	33.830.821,91	31.917.953,46
- Municipal	40.551,40	72.490,34
8.3) Juros e Variações Monetárias	91.934.426,54	66.942.227,92
8.4) Prejuízo Retido	(248.485.246,21)	(244.414.753,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL. A Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA é uma Sociedade por Ações de Economia Mista criada pelo Governo do Estado do Pará nos termos da Lei Estadual nº. 4.336 de 21 de dezembro de 1970, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 4.416, de 24 de outubro de 1972 e Lei Estadual nº. 7.060, de 23 de novembro de 2007.

A companhia tem por objetivo social a prestação do serviço público de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição e a prestação de serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações até o seu lançamento final no corpo receptor.

Com o advento da Lei nº 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do saneamento no país, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequarem à nova Lei. O estado do Pará aprovou junto a Assembleia Legislativa a Lei nº 6.099 de 30 de novembro de 1997, criando as microrregiões de saneamento básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a agência reguladora ARCON. A Companhia de Saneamento do Pará opera em 53 municípios e está em processo de regularização das concessões, segundo a Lei Nacional de Diretrizes de Saneamento Básico, Lei 11.445/2007.

Os contratos de programas celebrados até dezembro de 2019 foram com os municípios de: Alenquer, Ananindeua, Belém, Breves, Castanhal, Marituba, Monte Alegre e Santarém. Total de 08 municípios.

Existe concessão anterior a Lei do Saneamento, e a Constituição Federal de 1988, porém, ainda vigente no município de: Inhangapi. Total de 01 município.

Foram celebrados convênios de Cooperação com os seguintes municípios: - Abaetetuba, Anajás, Bragança, Breu Branco, Cachoeira do Arari, Capanema, Conceição do Araguaia, Dom Eliseu, Faro, Igarapé Miri, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Marapanim, Mocajuba, Moju, Nova Timboteua, Obidos, Ourém, Oriximiná, Ponta de Pedras, Portel, Prainha, Salinópolis, Salvaterra, São Félix do Xingu, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santa Maria do Pará, Soure, Terra Santa, Tracuateua, Vigia e Viseu. Total de 34 municípios.

Municípios com Concessões vencidas: - Afuá, Augusto Corrêa, Capitão Poço, Jacundá, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Peixe Boi, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará e Tailândia. Total de 10 municípios.

Em dezembro de 2019, foi celebrado o 1º Novo Negócio da COSANPA, em 20 anos, o Convênio de Cooperação com o município de Senador José Porfírio, que vamos trabalhar para regularizar essa concessão.

A partir da assinatura de Contrato de Programa com o município de Belém, em novembro de 2015, a COSANPA passou a atuar num cenário de regulação, através da agência reguladora municipal, a AMAE Belém. O município de Santarém assinou em 2016 o convênio de cooperação com a agência reguladora ARCON, portanto já está oficialmente sendo regulado. Os demais municípios com Contratos de Programa assinados delegaram a regulação para o Estado, ainda é necessário que os municípios celebrem um convênio com a ARCON, para iniciar o processo de regulação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Legislação Societária Brasileira, além dos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

A empresa não realizou o teste de recuperabilidade (Impairment) dos seus ativos (IAS 36), considerando que avaliações preliminares e comparativas com empresas do mesmo ramo de atividade, bem como a reavaliação parcial dos ativos efetuadas no exercício de 2013 indicam que os mesmos se encontram subavaliados, que demandaria um novo processo de avaliação de ativos e neste caso, a Companhia não vislumbrou oportunidades que justificassem o investimento, e optou pela não realização dessa avaliação dos ativos bem como pela manutenção das atuais taxas de depreciação por considerá-las adequadas.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes:

a) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços faturados decorrentes do abastecimento de água e coleta de esgoto, ainda não recebidos e ou renegociados, com base no consumo medido ou estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, ajustadas por provisão constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas decorrentes de não realização.

b) Provisão para Perdas na Realização de Crédito

Foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

c) Depósitos Judiciais

São registrados pelo valor original do depósito.

d) Almoxarifado

O estoque de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas é registrado ao custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

- Intangível**
A Companhia, em atendimento à Lei nº 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 e nº Lei 11.445/07, apropriou no intangível os bens patrimoniais vinculados a operação. Serviços públicos comuns aos municípios de regiões metropolitanas, como saneamento básico e transporte, devem ser geridos por um conselho integrado pelo estado e pelos municípios envolvidos. "A região metropolitana deve, como ente colegiado, planejar, executar e funcionar como poder concedente dos serviços de saneamento básico, inclusive por meio de agência reguladora se for o caso, de sorte a atender ao interesse comum e à autonomia municipal". Foram mantidas as mesmas taxas de depreciação para as amortizações.
- f) Imobilizado**
Está registrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliação parcial dos bens procedida em anos anteriores. As depreciações são calculadas pelo método linear, a taxas variáveis de acordo com a vida útil estimada dos bens. O imobilizado ainda não foi submetido ao teste de recuperabilidade conforme nota explicativa nº 2.
- g) Obras em Andamento**
Os investimentos em obras são registrados ao custo da aquisição.
- h) Imposto de Renda e Contribuição Social**
Quando apurados, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%.
O imposto de renda e contribuição social diferido, apurados sobre a reserva de reavaliação parcial dos bens, procedidas em anos anteriores, foram calculados com base nas alíquotas vigentes desses impostos e registrados no passivo não circulante.
- i) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante**
Os registros são efetuados pelos valores reais ou estimados e, quando aplicável, atualizados pro-rata-die de conformidade com os indicadores e índices pactuados.
- j) Reserva de Reavaliação**
É realizada na proporção da depreciação apurada dos ativos reavaliados.
- k) Despesas Capitalizáveis**
Os gastos com pessoal envolvido na execução e supervisão das obras em andamento, bem como gastos e despesas indiretas são apropriados mensalmente às obras em curso.
- l) Apuração do Resultado**
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- m) Variações Monetárias e Cambiais**
Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

NOTA 4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.

- a)** As perdas no recebimento de créditos são constituídas com base nos limites de dedutibilidade fiscal conforme legislação vigente. E a provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise das contas a receber de clientes, especialmente sobre os valores vencidos, levando-se em consideração a expectativa de sua recuperação.
- b)** As contas a receber de usuários apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro:

			2019	2018
FAIXA DE IDADE	PARTICULAR	PÚBLICA	TOTAL	TOTAL
A Vencer	78.093.659,96	1.926.599,60	80.020.259,56	70.948.318,09
Vencidas até 90 dias	38.355.752,05	1.367.633,80	39.723.385,85	41.531.780,62
Vencidas de 91 a 180 dias	32.887.203,49	1.205.482,89	34.092.686,38	32.030.078,83
Vencidas a mais de 181 dias	601.776.362,35	17.296.666,05	619.073.028,40	567.764.793,11
Sub-total	751.112.977,85	21.796.382,34	772.909.360,19	712.274.970,65
Perdas no Recebimento de Créditos	(603.221.816,65)	(17.323.214,05)	(620.545.030,70)	(567.764.793,11)
Arrecadação à Discriminar	(969.876,16)	-	(969.876,16)	(943.751,31)
Recebimento com Incorreção	(2.256.797,37)	-	(2.256.797,37)	(2.082.341,13)
Total	144.664.487,67	4.473.168,29	149.137.655,96	141.484.085,10
Longo Prazo	12.291.074,13	-	12.291.074,13	8.536.636,06
Curto Prazo	132.373.413,54	4.473.168,29	136.846.581,83	132.947.449,04

- c)** A movimentação da provisão para perdas na realização dos créditos foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Saldo no Início do Exercício	(567.764.793,11)	(515.928.753,91)
Valores Registrados como Perda	(107.952.106,66)	(97.420.322,65)
Baixas Ocorridas	55.171.869,07	45.584.283,45
Saldo no Final do Exercício	(620.545.030,70)	(567.764.793,11)

NOTA 5 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Considerando a existência de prejuízos fiscais compensáveis em 31 de dezembro de 2014, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$ 94.416.544,26 em montante igual a provisão de IR/CSLL a pagar sobre a Reserva de Reavaliação a realizar existente, baseada na Deliberação CVM nº 599/09 (item 34 alínea "a" item 36). A administração da companhia tem expectativa de realização de prejuízos fiscais com base em resultados positivos futuros, considerando o programa de recuperação/recomposição tarifária que será implementado nos próximos exercícios. O valor da realização do imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2019 foi de R\$ 3.019.016,36 ficando o saldo em 31/12/2019 de R\$ 78.883.658,80.

NOTA 6 – INTANGÍVEL E IMOBILIZADO.

- a) Intangível**

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição por Conta	2019	2018
Sistema de Água	886.978.195,90	886.494.988,10
Sistema de Esgoto	51.538.159,84	51.538.159,84
Sistema de Água – Reavaliação	326.447.740,65	326.447.740,65
Sistema de Esgoto – Reavaliação	3.849.832,64	3.849.832,64
Sub-total	1.268.813.929,03	1.268.330.721,23
Amortização Acumulada – Sistema de Água	(441.579.593,97)	(413.817.280,30)
Amortização Acumulada – Sistema de Esgoto	(15.191.380,54)	(13.923.084,87)
Amortização Acumulada – Reavaliação	(99.289.527,08)	(90.414.654,00)
Total	712.753.427,44	750.175.702,06

Descrição	2019	2018
-----------	------	------

Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Amortização Custo	Amortização Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	46.810.037,04	58.179.120,54	2.051,65	0,00	104.987.105,93	104.987.105,93
Poços	5%	20.720.493,87	1.735.562,91	9.598.623,31	1.730.699,94	11.126.733,53	11.537.896,61
Barragem	3%	0,00	4.534.917,51	0,00	2.760.583,78	1.774.333,73	1.949.026,85
Construção Civil	4%	241.855.769,44	92.285.196,28	126.305.237,77	86.064.389,16	121.771.338,79	129.752.696,85
Instalações	10%	48.857.166,76	876.676,57	37.866.462,67	771.779,07	11.095.601,59	15.529.647,52
Hidrômetros	10%	8.370.128,08	0,00	7.594.329,45	0,00	775.798,63	924.716,23
Ligações Prediais	5%	16.760.530,46	4.170.670,08	8.717.688,74	2.162.982,88	10.050.528,92	11.168.040,68
Tubulações	2%	374.963.070,13	264.825.981,96	132.937.623,12	83.239.734,04	423.611.694,93	439.763.026,41
Equipamentos	10%	65.691.382,61	17.928.179,72	43.202.444,90	12.911.643,15	27.505.474,28	34.502.096,57
Equip. Informática	20%	17.759,10	0,00	15.859,02	0,00	1.900,08	5.552,02
Máquinas/Tratores	25%	0,00	14.170,00	0,00	14.170,00	0,00	0,00
Veículos	20%	170.464,08	21.000,00	135.283,41	3.536,28	52.644,39	55.618,23
Ferramentas	20%	0,00	25.651,89	0,00	25.379,25	272,64	278,16
Total		824.216.801,57	444.597.127,46	366.375.604,04	189.684.897,55	712.753.427,44	750.175.702,06

b) Imobilizado

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Em Operação		
Sistema de Água	3.765.042,05	3.773.822,53
Bens de uso Geral	31.076.568,40	30.381.475,57
Bens de uso Geral – Reavaliação	7.081.875,75	7.081.875,75
Sub-total	41.923.486,20	41.237.173,85
Depreciação Acumulada – Sistema de Água	(3.733.886,47)	(3.735.918,37)
Depreciação Acumulada – Bens de Uso Geral	(27.388.617,16)	(26.200.980,14)
Depreciação Acumulada – Reavaliação	(6.079.160,44)	(6.074.573,71)
Total em Operação	4.721.822,13	5.225.701,63
Em Construção		
Sistema de Água	678.807.359,36	579.037.850,98
Sistema de Esgoto	112.539.631,43	108.305.729,97
Bens de Uso Geral	18.900,00	18.900,00
Gerenciamento de Projeto	15.861.311,12	2.713.133,64
Implantação de Software	1.418.075,00	1.418.075,00
Obras em Processo de Imobilização	138.110,67	138.110,67
Total em Construção	808.783.387,58	691.631.800,26
Total do Imobilizado	813.505.209,71	696.857.501,89

Descrição						2019	2018
Por Natureza	Taxa	Custo	Reavaliação	Depreciação Custo	Depreciação Reavaliação	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	0,0	0,01	1.010.262,22	0,00	0,00	1.010.262,23	1.010.262,23
Poços	5%	247.432,48	0,00	247.432,48	0,00	0,00	0,00
Construção Civil	4%	4.293.451,48	10.337.893,75	4.109.187,00	10.316.788,11	205.370,12	224.046,73
Instalações	10%	348.319,16	181.756,35	348.319,16	181.756,35	0,00	0,00
Hidrômetros	10%	1.432,16	1.438,94	1.432,16	1.438,94	0,00	0,00
Tubulações	2%	6.678,69	90.760,65	6.678,69	86.952,34	3.808,31	5.459,15
Equipamentos	10%	7.678.470,87	669.218,47	5.730.858,52	643.812,87	1.973.017,95	2.134.086,53
Móveis Utensílios	10%	1.600.084,73	96.395,28	1.322.962,55	96.395,28	277.122,18	223.255,03
Equip Informática	20%	3.028.990,15	6.529,72	2.540.589,07	6.529,72	488.401,08	228.873,44
Máquinas/ tratores	25%	831.062,27	31.404,94	831.062,27	31.404,94	0,00	203,20
Veículos	20%	9.896.817,70	1.465.643,79	9.220.543,14	1.465.643,79	676.274,56	1.311.949,62
Ferramentas	20%	73.782,61	25.659,78	7.084,22	4.792,47	87.565,70	87.565,70
Total	***	28.006.522,31	13.916.963,89	24.366.149,26	12.835.514,81	4.721.822,13	5.225.701,63

NOTA 7 – FINANCIAMENTOS.

a) Os financiamentos obtidos junto ao consórcio de bancos liderados pelo Midland Bank PLC tiveram por objetivo carrear recursos para o programa de Saneamento Básico do Governo do Estado do Pará e Prefeitura Municipal de Belém, garantidos por aval da República Federativa do Brasil cuja responsabilidade pelo pagamento é do Governo do Estado. A atualização cambial do valor principal e dos juros ocorre através da variação mensal da moeda norte-americana (dólar), cujo vencimento final ocorrerá em 11/04/2024. Para a conversão do saldo em 31/12/2019, foi utilizada a cotação de US\$ 4,0307 e US\$ 3,8748 em 31/12/2018.

b) Os financiamentos tiveram a seguinte movimentação no exercício:

	2019	2018
Saldo Inicial	76.901.928,09	65.602.820,71
Juros Provisionados	3.990.259,59	3.469.904,46
Variação Cambial Incorrida	3.069.796,38	11.160.747,81
Juros Pagos	(3.918.259,59)	(3.331.544,89)
Saldo Final	80.043.724,47	76.901.928,09
Parcelas a Curto Prazo	676.000,00	604.000,00
Parcelas a Longo Prazo	79.367.724,47	76.297.928,09

NOTA 8 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Parcelamento – Ordinário	5.641.916,44	87.572.498,70
Parcelamento – PGFN – Justiça Federal	312.093.754,17	293.573.515,00
Depósito Vinculado – Justiça Federal	(25.831.376,96)	(17.333.399,90)

Parcelamento ICMS	22.180,13	27.715,01
Impostos e Contribuições a Recolher	828.018.069,27	617.290.581,35
Total	1.119.944.543,05	981.130.910,16
Curto Prazo	842.229.285,62	649.196.082,34
Longo Prazo	277.715.257,43	331.934.827,82
a) A Companhia possui parcelamento ordinário dos tributos celebrados entre a Companhia de Saneamento do Pará, SESI e SENAI. Os parcelamentos possuem a seguinte composição em 31 de dezembro:		
Descrição	2019	2018
SESI	4.027.791,21	4.175.265,01
SENAI	3.627.949,63	3.723.581,05
Total	7.655.740,84	7.898.846,06
Curto Prazo	241.341,18	848.950,59
Longo Prazo	7.414.399,66	7.049.895,47
b) A Companhia possuía parcelamento ordinário dos tributos celebrados entre a Companhia de Saneamento do Pará e Receita Federal do Brasil - RFB. Os parcelamentos possuem a seguinte composição em 31 de dezembro:		
Descrição	2019	2018
PREVIDENCIÁRIO	-	20.745.714,06
NÃO PREVIDENCIÁRIO	-	58.927.938,58
Total	-	79.673.652,64
Curto Prazo	-	18.593.059,36
Longo Prazo	-	61.080.593,28
c) A COSANPA e a União, através da sua Procuradoria Fazendária firmaram um acordo judicial de parcelamento de débitos de tributos e contribuições sociais vencidos até dezembro de 2013, inscritos na Dívida Ativa da União até dezembro de 2013, ajuizados ou não ajuizados, no montante de R\$ 255.073.320,68 em 240 parcelas corrigidas pela taxa SELIC. Os valores das parcelas estão sendo depositadas em conta vinculada à justiça Federal, corrigidas pela taxa SELIC e serão convertidas em renda por ocasião de amortização das parcelas acordado entre a Companhia de saneamento do Pará e a Procuradoria Geral da fazenda Nacional. No exercício de 2018 foi convertido em renda o e amortizado na dívida o valor de R\$ 19.716.870,89:		
Descrição	2019	2018
Parcelamento – PGFN – Justiça Federal	312.093.754,17	293.573.515,00
Depósito Vinculado – Justiça Federal	(25.831.376,96)	(17.333.399,90)
Total	286.262.377,21	276.240.115,10
Curto Prazo	12.460.027,67	12.460.027,67
Longo Prazo	273.802.349,54	263.780.087,43

NOTA 9 – CONTINGÊNCIA TRABALHISTA A PAGAR

O valor da contingência se refere ao Acordo Coletivo de Trabalho da data base 2015/2016 que foi ajuizado o dissídio coletivo. O mesmo está dependendo de decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Por mudança de critério a Companhia passou a adotar a média das folhar do exercício de 2019 para atualizar o valor provisionado.

Em 31 de dezembro apresenta a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Contingência a Pagar	15.452.864,65	14.791.553,11
Total	15.452.864,65	14.791.553,11
Curto Prazo	15.452.864,65	14.791.553,11
Longo Prazo	-	-

NOTA 10 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA, QUESTÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação utilizando o critério de risco provável. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais que não estejam reconhecidos.

Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhista e Cível	1.879.181,34	4.764.956,78	(50.750.701,01)	(63.650.373,89)
Depósito Recursal	2.891.522,56	4.006.347,96	-	-
Total	4.770.703,90	8.771.304,74	(50.750.701,01)	(63.650.373,89)

a) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
b) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

NOTA 11 – PROVISÕES TRABALHISTAS.

Provisões trabalhistas constituídas referentes a férias e encargos sobre férias.

Descrição	2019	2018
Provisões de Férias	11.414.884,29	11.378.659,97
Provisões FGTS e INSS sobre Férias	4.194.865,49	4.184.558,84
Total	15.609.749,78	15.563.218,81

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.
a) Capital Social.

No exercício de 2019 não houve integralização de capital. O capital social subscrito da companhia está composto de 2.300.000.000 ações, sendo 2.206.355.811 ordinárias e 93.644.189 preferenciais.

Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas.

O valor do capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.300.000.000,00, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2018.

A composição acionária é a seguinte:

Numero de Ações						
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado do Pará	2.205.979.611	99,98	93.644.189	100	2.299.623.800	99,98
Demais Acionistas	376.200	0,02	-	-	376.200	0,02
Total	2.206.355.811	100	93.644.189	100	2.300.000.000	100

b) Créditos para Aumento de Capital
Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2019	2018
Saldo Inicial	658.654.983,83	508.537.683,77
Recursos Recebidos do Governo do Estado	223.343.621,07	150.117.300,06
Integralização de Capital	-	-
Saldo Final	881.998.604,90	658.654.983,83

c) Reserva de Reavaliação
Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2019 foi realizado o montante de R\$ 5.860.443,49 (R\$ 5.953.830,66 em 2018).

NOTA 13 – RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2019	2018
RECEITA BRUTA	378.587.828,45	355.589.161,54
Receita de Serviço de Água	334.512.645,45	318.151.622,07
Receita de Serviço de Esgoto	36.238.651,34	31.372.333,08
Outros Serviços	7.836.531,66	6.065.206,39
Deduções da Receita Operacional	(45.867.369,24)	(39.713.594,54)
COFINS	(27.796.134,76)	(26.224.480,68)
PASEP	(6.034.687,15)	(5.693.472,78)
Cancelamentos/Devoluções	(10.395.534,83)	(6.343.999,38)
Descontos Concedidos	(1.641.012,50)	(1.451.641,70)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	332.720.459,21	315.875.567,00

NOTA 14 – CUSTO DOS SERVIÇOS

Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2019	2018
Pessoal	(122.622.923,27)	(118.087.217,79)
Material	(1.177.918,39)	(1.487.329,47)
Energia Elétrica	(96.796.064,57)	(93.462.377,76)
Serviço de Terceiros	(46.856.042,65)	(44.227.300,28)
Depreciações e Amortizações	(41.699.263,93)	(42.979.279,61)
Outros Custos	(259.784,00)	(227.947,00)
Crédito PIS/COFINS	14.574.719,03	14.300.293,42
Saldo Final	(294.837.277,78)	(286.171.158,49)

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os métodos utilizados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

- a) Disponibilidades:**
Os valores de depósitos bancários livres e vinculados, divulgados no balanço patrimonial da Companhia, estão com seus valores de mercado.
- b) Contas a Receber e Contas a Pagar**
Os valores divulgados no balanço patrimonial para as contas a receber e contas a pagar, aproximam-se dos seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e ausência de atualizações monetárias sobre as parcelas vencidas de contas a receber.
- c) Empréstimo em Moeda Estrangeira**
O valor do empréstimo em moeda estrangeira está atualizado pela variação cambial ocorrida até o encerramento do exercício e não incluem encargos futuros em seu saldo.
- d) Outras Contas**
Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta apresenta diferença relevante entre os valores registrados e seus valores prováveis de realização. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa afetar significativamente os montantes registrados.
- e) Risco de crédito**
Grande parte da população do Estado do Pará é atendida pela Companhia. Considerando o ramo de atividade, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

NOTA 16 – SEGURO.

A companhia não possui apólice de seguro em vigência para os bens de sua propriedade.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA e em conformidade com a legislação vigente, o Conselho Fiscal apresenta à insigne Assembleia Geral, para apreciação e aprovação, parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Após exame das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2019 com informações relativas à situação econômica, financeira e patrimonial a nós encaminhado pela Diretoria da Companhia, constatamos as situações descritas em Ata de Reunião deste Conselho Fiscal, realizada em 16 de março de 2020, que merecem acompanhamento por parte da COSANPA.

Assim sendo, os Membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, com base no Relatório contendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa DFC, Demonstração do Valor Adicionado – DVA, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2019 e Parecer dos Auditores Independentes, propõem a sua aprovação, com as recomendações indicadas na presente sessão.

Belém (PA), 16 de março de 2020.

RENE DE OLIVEIRA E SOUSA JUNIOR
Conselheiro Titular - Presidente

OTÁVIO OLIVA NETO
Conselheiro Suplente

I – INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II – OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III – BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

1.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A Companhia adota como critério para reconhecer as perdas de créditos os valores relativos às faturas vencidas há mais de 180 dias, tanto em relação às faturas de particulares (residencial, comercial e industrial) como de órgãos públicos. Registrando esse valor em conta redutora do Ativo Circulante. Nos testes realizados, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os valores individuais que compõem o saldo provisionado se enquadram nas condições de dedutibilidade fiscal (conforme os artigos 9 e 10, da Lei nº 9.430/96 e o artigo 340, § 1º, inciso II, do RIR/99), e os possíveis efeitos das distorções não detectadas podem ser relevantes para o conjunto das Demonstrações Contábeis, já que o valor das perdas chega a 35% da exposição ativa da Companhia. Relativamente aos Créditos vencidos há menos de 180 dias e os créditos a vencer, embora a Companhia possua indicadores que apontam para um percentual de inadimplência de aproximadamente 30% da arrecadação em relação ao total faturado, não são estimadas e reconhecidas as expectativas de perdas para tais valores.

1.2 Intempestividade das transferências de Obras em Andamento para Imobilizado em Operação.

Do total da exposição ativa da Companhia, aproximadamente 85% dos valores está concentrado nos grupos Intangível Líquido (R\$ 712.754 mil) e Obras em Andamento (R\$ 808.783 mil). Nos exames efetuados, não foi possível constatar controles internos que nos permitam concluir pela inexistência de distorções relevantes entre os saldos contábeis e os relatórios subsidiários mantidos pela Companhia. Verificamos que as últimas transferência de saldos de Obras em Andamento para o Imobilizado em Operação remontam a registros contábeis ocorridos no exercício de 2016, ainda que os relatórios de controle de Obras em Andamento da Diretoria Técnica apontem uma série de obras que apresentam estágio de medição em 100% e classificadas com “concluídas”, conforme Relatório de Composição de Obras em Andamento em 31 de dezembro de 2019. A falta de tempestividade na imobilização das obras já encerradas, acarreta o não reconhecimento de despesas de depreciação para tais ativos, ainda que os mesmos já estejam gerando benefícios econômicos ou potencial de serviços para a Companhia.

Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas patrimoniais e resultado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV – ÊNFASES

1.1 Corrosão do Capital Social por Prejuízos Acumulados

O capital social de R\$ 2.300.000 mil tem sido consumido sistematicamente por prejuízos recorrentes apurados ano após ano, como se constata R\$ 248.485 mil em 31/12/2019 (R\$ 244.415 em 31/12/2018) mil. Aludido cenário deficitário contrasta com a pressuposição de continuidade operacional aplicada na elaboração das demonstrações contábeis, consequentemente os saldos apresentados não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos quando constatada a impossibilidade da Companhia continuar operando. Os últimos dados apresentados sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia indicam uma razoável suscetibilidade de uma possível, senão provável descontinuidade operacional. Tais riscos de incertezas quanto à sua capacidade de continuidade operacional, vem sendo mitigados por sucessivos aportes de recursos financeiros efetuados pelo acionista controlador cuja política deve se perenizar durante os tantos exercícios futuros quantos sejam necessários para a absorção dos precitados prejuízos acumulados até a total restauração da integridade do Capital Social.

1.2 Contratos de Concessões não Renovados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 a Companhia presta serviços para 53 municípios do Estado do Pará, sendo que apenas 8 municípios estão com suas concessões regulares, 1 município tem concessão anterior à Lei do Saneamento, 34 municípios funcionam com convênio de cooperação e 10 municípios não tem acordo de cooperação e os contratos de concessão estão vencidos. No exercício de 2015 foi celebrado o contrato de programa com o município de Belém e região metropolitana. Os contratos de concessão vigentes têm prazos que variam de 20 a 30 e atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras de concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.261/09 alterada pela 1.376/11, que aprovou a ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infraestrutura vinculados aos contratos de concessão devem ser classificados no Ativo Intangível.

A administração da Companhia, mantém no Ativo Imobilizado Técnico Líquido o montante R\$ 4.721 mil, correspondentes aos ativos de uso geral ou administrativos da Companhia. Não nos foi possível determinar os impactos do processo de adaptação dos contratos de concessão à nova lei do Marco Regulatório, e seus efeitos sobre os ativos intangíveis e imobilizados da Companhia.

1.3 Possibilidade de prescrição de Ativo Fiscal em função do cenário deficitário.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a Companhia possui crédito de ativo fiscal diferido do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base no saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 78.883 mil registrados no Ativo Não Circulante, cujos valores estão limitados ao total da provisão passiva de tributos diferidos calculada com base no saldo a realizar da Reserva de Reavaliação de Ativo Intangível. A realização dos saldos de créditos fiscais ativos depende da apuração de lucros tributáveis nos exercícios subsequentes e/ou de eventuais compensações com novos programas de parcelamentos do governo federal caso venha conceder tal permissão. Considerando que os resultados futuros podem não corresponder com as expectativas da administração da Companhia, os saldos dos ativos fiscais diferidos estarão sujeitos a ajustes contábeis com reflexo sobre os saldos das contas envolvidas do Ativo Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido.

1.4 Provisão para Passivos Contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e 10 sob a rubrica de Provisão para Contingências, a administração da Companhia reconhece provisão para perdas sobre as contingências trabalhistas e cíveis com base nas avaliações de risco realizadas pela Procuradoria Jurídica. O montante das contingências contabilizadas foi de R\$ 66.203 mil, sendo classificado o valor de R\$ 15.453 mil no Passivo Circulante e R\$ 50.750 mil no Passivo Não Circulante. Na opinião dos consultores jurídicos e dos administradores os valores contabilizados são considerados suficientes para cobrir os prejuízos decorrentes das perdas nos processos. Dependendo das decisões finais nas demandas judiciais em tramitação, após sentenciadas, poderá ocorrer à necessidade de ajustes contábeis para mais ou para menos sobre os valores dessas provisões para contingências, com reflexo sobre os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante, Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido.

1.5 Necessidade de Formalização dos AFAC's

Conforme descrito na nota explicativa nº 12b, no exercício de 2019 foi recebido do acionista controlador, Governo do Estado do Pará, o montante de R\$ 223.344 mil destinados ao financiamento do custeio da Companhia (Energia Elétrica) e para investimento em obras de infraestrutura, os quais são considerados a título de adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo acumulado dos adiantamentos recebidos do acionista controlador para futuro aumento de capital, totalizam o valor de R\$ 881.999 mil. Não existe formalização do compromisso e data estabelecida, através de assembleia dos acionistas, para a efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos adiantamentos recebidos para aumento de capital por parte do acionista controlador. A falta de formalização da natureza dos créditos para aumento de capital por parte do acionista controlador, bem como a falta de prazo contratual estabelecido em assembleia de acionista, pode gerar incerteza quanto à efetivação do aumento de capital mediante a incorporação dos referidos créditos, com reflexo sobre os saldos do Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.

1.6 Seguro de eventuais sinistros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia não possui cobertura de apólice de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro sobre seus bens patrimoniais: prédios, equipamentos, móveis e utensílios e instalações.

V – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

5.1 Inexistência de uma Solução de ERP

A Companhia não possui sistema integrado de gestão, baseado numa plataforma de ERP (*Enterprise Resource Planning*) que viabilize a integração das informações contábeis, financeiras, administrativas e departamento de pessoal, visando obter informações fidedignas geradas por estes

Atuação. Atualmente, a Companhia opera com sistema contábil e o módulo contábil e outro sistema para os demais módulos da Companhia. Os fechamentos destes sistemas são realizados por importações sistêmicas mediante relatórios extraídos com BI's (*Business Intelligence*) para unificar estes módulos, bem como por planilhas eletrônicas associadas.

Consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

✓ **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entrevistas, controles de alçadas, gerenciamentos de senhas, tudo visando perfeito o entendimento sobre o modelo sistêmico entre os módulos da Companhia, com fito na avaliação da eficácia e eficiência das principais interfaces utilizadas, buscando implementar cruzamentos de informações geradas nos aludidos módulos e o efetivo registro contábil.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

1.2 Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa 9 e 10, e nossa ênfase 4.4 a Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorreu neste exercício.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

✓ **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2019, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

VI – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VII – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
2. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
3. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
4. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
5. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

VIII – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse, quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

IX – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA**. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

X – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 28 de fevereiro de 2019, com modificação de opinião por ressalvas e complementado por ênfases.

Belém/PA, 10 de março de 2020.

AUDIMEC-AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O"S"PA

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"PA - CNAI 4747

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"PA - Sócio Sênior - CNAI 1592

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"PA - 4850